

BRASIL: DESAFIOS DEMOCRÁTICOS EM MEIO À CRISE DA COVID-19

Thiago Rodrigues

INTRODUÇÃO

Em tempos de crise provocada pela pandemia de COVID-19, que gerou pressões por recursos em todo o país, o Brasil também enfrenta uma crise política ligada à gestão da própria pandemia. Ela revela tanto a incapacidade do governo federal de lidar com políticas públicas de qualquer natureza, quanto um sombrio aspecto ideológico que combina vertentes ultraconservadoras brasileiras com técnicas da direita alternativa baseadas na cartilha de Steve Bannon, executivo de mídia dos EUA e ex-chefe estrategista da Casa Branca.

O maior desafio para a superação da crise política é o de fomentar diálogo e concertação entre segmentos e forças políticas e sociais progressistas ou moderadas em uma sociedade já polarizada guiada por um governo federal cujo autoritarismo dedica-se a destruir canais de conversação e caminhos para a chegada a consensos no campo político.

CONTEXTO

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 mobilizou extremistas de direita, igrejas neopentecostais e uma vasta gama de membros de classe média e alta unidos sob as bandeiras anti-Lula, anti-Partido dos Trabalhadores (PT) e anti-Dilma. Para Bolsonaro e seus apoiadores, o PT representou a erosão dos “valores da família” associada à defesa dos direitos das minorias, como direitos LGBTQ+, casamento entre pessoas do mesmo sexo e políticas afirmativas para afrodescendentes, além de uma generalizada corrupção do Estado. A fragilidade dos partidos tradicionais de direita, juntamente com a fragmentação das forças progressistas, permitiu que a campanha de Bolsonaro decolasse e triunfasse.

Desde janeiro de 2019, Bolsonaro e seu círculo mais próximo de conselheiros tentam pressionar o país em direção de um programa “revolucionário” que “resgataria” a Nação. O presidente, que jurou lealdade a Donald Trump e aos Estados Unidos, busca maneiras de implementar uma política externa explicitamente ideológica, assim como políticas públicas inspiradas por uma vaga, porém efetiva, retórica “anticomunista”.

Os grupos sociais e políticos que ajudaram a eleger Bolsonaro podem parecer unidos, mas sua diversidade intrínseca abre espaços para cisões, no presente e no futuro. A elite econômica liberal vê o governo Bolsonaro como um meio para desconstruir a rede previdenciária brasileira, visando interesses imediatos. As Forças Armadas, por seu lado, contam com elementos que valorizam uma suposta retomada da posição histórica como salvadores nacionais convocados a superar a turbulência política.

A influência de Olavo de Carvalho — um intelectual brasileiro auto-exilado nos Estados Unidos, cujo trabalho evoca a defesa da “civilização ocidental” contra o “comunismo” — destaca-se em parte da academia e coloniza a burocracia estatal. O chamado olavismo se aproxima do “tradicionalismo” defendido por Bannon e Alexander Dugin, guru de Vladimir Putin, presidente da Rússia. Por fim, a coalizão de Bolsonaro inclui líderes neopentecostais que defendem uma cruzada contra valores progressistas, defendendo a dominação evangélica das esferas social, econômica e política, a fim de substituir a ciência e a legislação republicana pela moral bíblica para salvar o Brasil das “forças do mal”.

No entanto, esse grupo heterogêneo é permeado por paradoxos. Hoje, o principal desacordo existente entre as elites liberais, as forças armadas, os neopentecostais e os olavistas tem a ver com a preservação de ideais republicanos, atualmente divididos entre os que apoiam a iniciativa anticorrupção denominada Operação Lava-Jato e os que veem a necessidade de proteger as instituições democráticas de abusos de poder por parte do ímpeto moralizador anticorrupção.

A tabela abaixo resume essas tendências presentes na base política de Bolsonaro:

	Pró-Operação Lava-Jato	Alinhamento automático com os EUA de Trump	Boas relações com a China	Precarização do trabalho	Valores da família tradicional	Dominionismo (estratégia de ocupação de espaços sociais, econômico e políticos)	Distribuição dos meios de violência
A Elite Econômica Liberal							
Os militares							
Os olavistas							
O neopentecostalismo brasileiro							

As tentativas de Bolsonaro de aprovar mudanças radicais na previdência social e nos assuntos econômicos têm sido constantemente bloqueadas pelo Congresso Nacional do Brasil. Em setembro de 2019, Bolsonaro, seus filhos e uma pequena parte de seus aliados políticos foram expulsos de seu próprio partido. Desde então, o fraco desempenho econômico do país, a libertação da prisão do ex-presidente Lula da Silva, a persistente oposição tanto da mídia tradicional e quanto da alternativa, as investigações criminais que implicam os filhos de Bolsonaro e o crescente isolamento internacional do país passaram a fragilizar os fundamentos do governo Bolsonaro. A situação se agravou com o início da crise relacionada à COVID-19.

COVID-19 NO BRASIL: CALAMIDADE DA SAÚDE PÚBLICA E CRISE DEMOCRÁTICA

Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia, Bolsonaro prontamente se aliou a um grupo limitado de líderes mundiais que subestimaram o alcance global da doença que incluiu os presidentes Donald Trump (Estados Unidos), Daniel Ortega (Nicarágua), López Obrador (México), Aleksandr Lukashenko (Bielorrússia) e Gurbanguly Berdymukhamedov (Turquemenistão). Suspeita-se que o próprio Bolsonaro tenha sido infectado quando membros de sua equipe adoeceram após uma visita oficial a Trump, na Flórida. Seu comportamento dificultou qualquer estratégia eficiente de comunicação de risco sobre a pandemia, sabotando o engajamento dos diversos segmentos sociais brasileiros, apesar das tentativas estaduais e locais de mitigar o desastre.

Bolsonaro referiu-se à COVID-19 como uma “gripezinha” e saiu às ruas sem o uso de medidas de proteção como máscaras e distanciamento social para cumprimentar apoiadores, entre os quais, líderes neopentecostais e alguns empresários que se opõem às medidas de isolamento social. Quando as taxas de letalidade de casos começaram a aumentar para mais de 400 por dia, em abril, autoridades regionais e locais criticaram explicitamente o desprezo do tratamento de Bolsonaro frente à pandemia da COVID-19. Em um movimento inesperado, governadores de um espectro político diversificado iniciaram seu próprio fórum de gestão de crise. Isso visou, em parte, a contornar as tensões diplomáticas com a China criadas pelo filho de Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, e o gabinete de Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty. Cidades e estados brasileiros ativaram canais de paradiplomacia para obter equipamentos médicos chineses, ao mesmo tempo em que estabeleceram regulações regionais e municipais determinando lockdowns e o funcionamento de atividades essenciais.

Em meio à crise da COVID-19, as taxas de avaliação de Bolsonaro despencaram. Em janeiro de 2020, cerca de 47% dos entrevistados consideravam a administração excelente, enquanto outros 47% a avaliaram como péssima; números ilustram o quanto a sociedade brasileira estava polarizada. Novas pesquisas realizadas em junho de 2020 demonstraram que apenas 28% aprovam a atual administração, ao passo que 48% a consideram desastrosa.

Enquanto isso, Bolsonaro declarou frequentemente que as recomendações da OMS eram exageradas e demitiu o ministro da saúde que pretendia segui-las. O ministro que o substituiu permaneceu no cargo por menos de um mês e foi substituído por um general do exército sem conhecimentos na área médica.

A instabilidade política em Brasília coincidiu com a rápida escalada da pandemia da COVID-19 em todo o país. Em meados de junho, o número oficial de infectados chegou a mais de 874.000 pessoas, com mais de 45.000 óbitos. Como o Brasil não faz testes sistematicamente, as estimativas extraoficiais indicam que esses números tendem a ser o dobro dos números oficiais. Além disso, estrangeiros, como os refugiados venezuelanos, não foram testados para a COVID-19.

A falta de empatia do presidente com o número de vidas perdidas, com os doentes e seus familiares, somada à sua clara incapacidade de administrar a crise da pandemia, resultaram em demonstrações públicas de anti-bolsonarismo. Desde março de 2020, há manifestações nas principais cidades brasileiras contra e a favor da presidência de Bolsonaro, com uma intensificação da violência entre manifestantes “antifa” e pró-democracia, de um lado, e bolsonaristas, de outro. O Congresso Nacional e os governadores estaduais confrontaram publicamente as declarações de Bolsonaro sobre a pandemia. Ao final de maio, o presidente e seus seguidores começaram a atacar o Supremo Tribunal Federal, o que intensificou o posicionamento da opinião pública contra o governo.

A divisão entre Bolsonaro e sua administração cresceu quando o ex-juiz federal Sergio Moro, então ministro da Justiça e Segurança Pública, e “herói anticorrupção” da Operação Lava-Jato, renunciou ao cargo, denunciando as tentativas de Bolsonaro de obstruir a justiça em casos em que seus filhos e parentes estão sob investigação. Esses casos tratam das conexões da família Bolsonaro com o crime organizado e com as milícias, e incluem a investigação do assassinato de Marielle Franco, em 2018, uma vereadora LGBTQ+ afro-brasileira de esquerda que se opôs abertamente aos interesses do crime organizado em áreas pobres do Rio de Janeiro.

O rompimento entre Bolsonaro e Moro significou a primeira divisão significativa nas alas conservadoras desde pelo menos o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a condenação questionável de Lula quando ele liderava a corrida presidencial em 2018. A ultra-direita xenófoba, homofóbica, anticiência e misógina continua a apoiar o presidente, enquanto os menos radicais, mas ainda conservadores, têm indicado tendências a não mais sustentar Bolsonaro.

Alguns partidos políticos e movimentos sociais ainda pressionam pelo impeachment de Jair Bolsonaro, uma possibilidade incerta. Em caso de queda de Bolsonaro, seu sucessor seria um ex-general do exército, Hamilton Mourão, que também representa reformas conservadoras em termos de segurança pública, previdência social e uma pauta tradicionalista para direitos humanos e ambientais. A fidelidade de Mourão às opiniões da extrema direita, no entanto, não é clara. Enquanto isso, os sistemas públicos e privados de saúde brasileiros estão entrando em colapso sob o peso da pandemia da COVID-19. As unidades de terapia intensiva da região amazônica e da região nordeste já trabalham além de suas capacidades máximas, e a rede hospitalar da região sudeste, a mais rica do país, está a um passo de enfrentar o mesmo destino.

RECOMENDAÇÕES

- Promover o desenvolvimento de um Novo Pacto para o Brasil a ser formado por uma série de diálogos que possam reunir representantes acadêmicos, da sociedade civil, da imprensa, da mídia alternativa, de denominações religiosas, da burocracia estatal e de partidos políticos, a fim de estabelecer um denominador comum para um acordo construtivo frente aos problemas nacionais.
- Tornar o “paradoxo da tolerância” de Karl Popper o princípio essencial para a participação no projeto Novo Pacto para o Brasil. Popper argumentava que, numa determinada sociedade, a única atitude intolerável é a própria intolerância. Esta seria a regra de ouro para a escolha dos stakeholders para um fórum heterogêneo, uma vez que o bolsonarismo mais radical e o neopentecostalismo cristão estão enraizadas posições de tipo fascista que negam veementemente qualquer tipo de diálogo, propondo o extermínio físico e ideológico de toda alteridade.
- Promover a difusão em massa de valores democráticos através de mídias sociais e mídia alternativa, incluindo conceitos como a tolerância, o diálogo, a mediação pacífica de conflitos, a conciliação nacional e a democracia.
- Facilitar o financiamento internacional de pesquisas independentes sobre questões como saúde pública, urbanismo, segurança pública e pedagogias inovadoras, uma vez que o financiamento público para essas áreas foi cortado ou enviesado para posições olavistas ou ultra-conservadoras.
- Facilitar bolsas de mestrado e doutorado em ciências sociais e ciências da saúde para minorias étnicas e mulheres e homens jovens menos privilegiados, especialmente de ascendência africana, tanto em universidades brasileiras quanto estrangeiras.
- Criar um site para o projeto, que seria um ponto de convergência para pessoas interessadas em se engajar na iniciativa, bem como um portal para encontrar notícias e propostas para políticas públicas, relatórios de pesquisadores brasileiros(as) e estrangeiros(as), gráficos e outros produtos resultantes do projeto.